



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Capelinha / 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da  
Comarca de Capelinha

Rua Das Hortências, 321, Bouganville, Capelinha - MG - CEP: 39680-000

PROCESSO Nº: 0043261-41.2016.8.13.0123

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)

ASSUNTO: [Espécies de Títulos de Crédito]

AUTOR: ESTADO DE MINAS GERAIS CPF: 18.715.615/0012-12

RÉU: ELIMARCIUS LACERDA COSTA CPF: 073.325.757-79

### SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de ação de execução proposta por **ESTADO DE MINAS GERAIS** em face de **ELIMARCIUS LACERDA COSTA**.

A parte exequente informou que houve o reconhecimento administrativo de prescrição intercorrente no presente feito, bem como requereu a extinção da presente execução sem a condenação de honorários, ID.10485396809.

Intimada, a parte executada pugnou pela extinção do feito, ID.10488921049.

Vieram os autos conclusos.

**Decido.**

A prescrição intercorrente ocorre quando o titular da pretensão permanece inerte na realização de ato ou diligência que lhe incube para localização do devedor ou para satisfação do crédito.

Na execução fiscal, há regra especial sobre prescrição durante o curso do processo, ou intercorrente, quando o exequente não movimenta o processo de execução por cinco anos, nos termos do artigo 40 da LEF.

A interrupção do prazo prescricional apenas ocorre com a efetiva citação ou a efetiva constrição patrimonial, caso em que está retroagirá à data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. De outra senda, o mero pedido de citação ou constrição não possui o condão de interromper o fluxo prescricional se não houver êxito na medida.

*In casu*, a parte exequente informou ter reconhecido administrativamente a ocorrência de prescrição intercorrente do presente feito, bem como noticiou o cancelamento da inscrição da Dívida Ativa da União, ID.10485393080.

Desse modo, mister reconhecer a ocorrência de prescrição intercorrente no presente caso.

### III. Dispositivo

Ante o exposto, **RECONHEÇO** a prescrição intercorrente, e **JULGO EXTINTA** a execução, nos termos dos artigos 487, II, 924, V e 925, todos do CPC e art. 26, da Lei 6.830/80.

**Determino** a liberação de qualquer restrição judicial, que **houver sido lançada nos presentes autos**, bem como a desconstituição da penhora.

O exequente é isento das custas e despesas processuais.

Sem condenação em honorários nos termos do art. 19,§1º, I, da Lei 10.522/02.

Considerando que não há interesse recursal, **declaro**, desde já, o trânsito em julgado.

Adotadas as cautelas de praxe e nada sendo requerido, archive-se.

Cumpra-se. Intimem-se.

Capelinha, data da assinatura eletrônica.

**Bruno De Souza De Viveiros**

**Juiz(íza) de Direito**

**1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Capelinha**

Assinado eletronicamente por: **BRUNO DE SOUZA DE VIVEIROS**

**14/07/2025 09:38:02**

[https://pje-consulta-](https://pje-consulta-publica.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)

[publica.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam](https://pje-consulta-publica.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)

ID do documento:



25071409380205900010487459915

IMPRIMIR

GERAR PDF